

CPI contra Gustavo de Faria só depende da auditoria do IPC

BRASÍLIA — O Presidente da Câmara dos Deputados, Paes de Andrade, prometeu ontem que tomará uma decisão "em questão de horas" após receber o resultado da auditoria, feita pela direção do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), para apurar denúncias de malversação de fundos que teria sido cometida pelo Deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), ex-Presidente do órgão. Se forem confirmadas as irregularidades, será instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito pedida por Tutu

Quadros (PSDB-SP), que poderá resultar na cassação do mandato de Gustavo de Faria.

A avaliação sobre o resultado da auditoria será feita em conjunto pelas Mesas da Câmara e do Senado porque o IPC envolve interesses de deputados, senadores e funcionários das duas Casas. Já o processo de cassação do mandato, se ocorrer, tramará apenas na Câmara dos Deputados. Inicialmente, será instalada a CPI especial, em que Gustavo de Faria poderá apresentar a sua defesa.

No momento, a Secretaria Geral da Mesa da Câmara está conferindo as 340 assinaturas do documento pedindo a abertura da CPI.

Os proprietários das empresas Rural e Colonização S/A, Umberto Modiano, e da Corretora HP, Humberto Pentagna, comparecerão ao IPC amanhã, para prestar esclarecimentos sobre a negociação que envolveu a compra de 850 debêntures da empresa de Modiano. Ambos foram convocados pelo atual Presidente do Instituto, Senador Ruy Bacelar

(PMDB-BA), que também entrou em contato com o Banco Central para tentar obter os documentos da liquidação extra-judicial da empresa Credimus, em fevereiro, e verificar o envolvimento da corretora na operação de financiamento de casas de veraneio em Búzios. Esse negócio resultou em um prejuízo calculado em mais de US\$ 10 milhões para o IPC.

— Esses esclarecimentos servirão para elucidar se houve ou não irregularidade na transação — disse o Senador Ruy Bacelar.